
 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	Formulário da Qualidade	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Comissões Técnicas Permanentes	DATA REVISÃO:	
	Ata de Audiência Pública		

ATA DA DECIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Ao quarto dia do mês de setembro do ano de 2019, às treze horas e trinta minutos, nos auditórios Castelo de Castro e Manoel de Castro, realizou-se a Audiência Pública para debater sobre o tema: “Discutir a Proposição nº171/2019 que indica ao Poder Executivo, como medida de proteção à mulher em situação de vulnerabilidade no Ceará, a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel”, com a presença da senhora deputada: Fernanda Pessoa, membro titular da Comissão de Seguridade Social e Saúde a qual presidiu a referida Audiência. Autor do requerimento, deputado Leonardo Araújo. Estiveram presentes as seguintes autoridades à Mesa: Adriana Melo – Representante da Secretária da Saúde do Município de Fortaleza; Silvana Leite Napoleão de Araújo – Coordenadora do Programa Nascer no Ceará da Secretária da Saúde do Ceará; Jader Rocha Carvalho – Representando o CREMEC; Tatiana Amancio Campos Crispim – Chefe da Unidade de Farmácia Hospitalar da Maternidade Escola Assis Chateaubriand; Maria Tereza Pinto Medeiros Dias – Chefe da Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente da Maternidade Escola Assis Chateaubriand; Marcelo Gondim Rocha – Professor de Ginecologia do Curso de Medicina da UNIFOR; Samya Xavier Leite – Representante da OAB/CE; Ana Paula Lemos – Vice-Presidente do COREN/CE; Denise Aguiar – Secretária de Políticas Públicas para Mulheres do Ceará. Iniciando os trabalhos a deputada Fernanda Pessoa falou sobre o repasse de verbas de parlamentares do Pacto de Cooperação Federativa (PCF) para ajudar as secretarias municipais de saúde do Estado a custearem a oferta gratuita de implante contraceptivo reversível para mulheres em situação de vulnerabilidade. A deputada também falou que se cada parlamentar destinasse uma quantia de suas verbas para ajudar as secretarias dos municípios mais carentes nessa questão, o Poder Legislativo estaria fazendo um belíssimo trabalho. “Vamos poder ajudar nossas crianças e adolescentes a brincarem de boneca, e isso é uma valorização muito grande da infância, pois elas estão passando dessa fase para se tornarem algo para o qual não estão preparadas”, avaliou a deputada. O professor de Ginecologia do curso de Medicina da Universidade de Fortaleza (Unifor), Marcelo Gondim Rocha, apontou que a gravidez não planejada é um problema global, afetando de maneira especial as adolescentes. Segundo ele, as consequências são, principalmente, quadros de aborto. “Geralmente são abortamentos inseguros, em que as mulheres vão procurar clínicas clandestinas para realizar esse procedimento, tendo impactos na mortalidade dessas jovens”, enfatizou. Ainda de acordo com Marcelo Gondim, a adoção de implantes como o etonogestrel geraria menores custos para o Sistema Único de Saúde (SUS). “Além da questão social e psicológica, temos a questão financeira e, para cada gravidez não planejada, o SUS vai gastar mais de R\$ 2 mil, enquanto um implante desses pelo SUS pode sair por um valor bem menor do que isso”, assinalou o professor. Em seguida A chefe da

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	Formulário da Qualidade	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Comissões Técnicas Permanentes	DATA REVISÃO:	
	Ata de Audiência Pública		

Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Meac), Maria Tereza Dias, ressaltou que a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública e que gera significativos impactos sociais. “Mais de 70% das gestações na adolescência não são planejadas, ocasionando altos índices de evasão escolar e reincidência de gestações, fazendo com que essas jovens se qualifiquem menos, procurem subempregos e perpetuem a pobreza”, lamentou Maria Tereza Dias. Em seguida a representante da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, Adriana Melo, comentou que a capital cearense registra um índice bem abaixo da média nacional de partos de adolescentes, mas ainda longe do ideal. “Esse projeto em discussão é importantíssimo, porque o medicamento tem um custo que não está previsto no orçamento atual da Secretaria da Saúde, e esperamos que ele seja efetivado para ampliarmos o acesso à informação, para que as mulheres possam tomar decisões orientadas”, pontuou. Nada mais havendo a tratar, a presidente da referida audiência agradeceu a presença de todos. E, para constar, eu, Conceição Carneiro, assessora, lavrei a presente Ata, que após lida será assinada pela presidente da Audiência Pública, deputada Fernanda Pessoa.

Deputada Fernanda Pessoa